



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 01332/2025
(à MPV 1332/2025)

Acrescente-se art. 6º-A ao Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 6º-A.** Os atributos ambientais, paisagísticos, histórico-culturais e arqueológicos relevantes serão considerados na identificação, na demarcação, no cadastramento e na classificação dos bens imóveis da União.

Parágrafo único. Identificados os atributos referidos no caput deste artigo, a destinação do imóvel fica condicionada à estrita observância das normas de proteção e preservação aplicáveis, vedada qualquer forma de utilização, cessão ou ocupação que lhes imponha degradação ou descaracterização.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa modernizar o regime jurídico dos bens da União, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, adequando-o aos preceitos da Constituição Federal de 1988, especialmente no que tange à função socioambiental da propriedade pública.

O Decreto-Lei nº 9.760/46, embora vigente, foi concebido em uma época em que a gestão patrimonial do Estado possuía um viés eminentemente fiscal e cartorial. Hoje, o patrimônio imobiliário da União não pode ser gerido de forma dissociada das diretrizes de preservação ambiental (Art. 225 da CF/88) e de proteção ao patrimônio cultural brasileiro (Art. 216 da CF/88).

A medida estabelece que, no ato de "nascido" da gestão do imóvel — sua identificação e classificação —, a Secretaria de Coordenação



e Governança do Patrimônio da União (SPU) deve reconhecer as vocações ambientais e históricas do bem.

Essa medida evita que a União promova alienações ou cessões de uso em áreas sensíveis (como APPs, dunas, manguezais ou sítios históricos) sem as devidas cautelas, o que frequentemente gera insegurança jurídica e judicialização posterior. Além disso, cria uma barreira legal contra ocupações irregulares que degradam o meio ambiente, ao vincular a classificação do bem à sua preservação.

Diante da relevância da matéria para a segurança jurídica e para a proteção do patrimônio público nacional, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 9 de fevereiro de 2026.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)
Deputado Federal

